

AS FUNDACÕES NO INTERIOR DAS UNIVERSIDADES

Comissão de Estudos da APUFSC

I. - INTRODUÇÃO

Este texto foi produzido com o objetivo de levantar algumas questões sobre a origem e consequências das fundações no interior das universidades. Para isto tenta esclarecer a articulação entre sua formação e a política de privatização do ensino, a partir dos cortes orçamentários implementados.

A Universidade brasileira atravessa a crise mais grave da sua história, consequência direta desta política e do atrelamento científico e tecnológico ao capital nacional e internacional. O corte de verbas, em primeiro plano, e o repasse financeiro para as pesquisas via órgãos federais diretamente ligados a SEPLAN, ou via fundações no interior das instituições de ensino demonstram claramente a desvalorização sistemática e deliberada de que estas foram alvo.

A intensa burocratização na estrutura hierárquica viabiliza a diluição das responsabilidades e favorece a filtragem dos projetos que não correspondam à política de dependência econômica assumida nas últimas décadas e cria o que se pode chamar de desvio tecnológico, na medida em que reforça as áreas tecnológicas.

Tal situação é incompatível com a proposta de democratização da universidade que o MD tem apresentado à discussão. É necessário restituir à universidade as condições para que possa empreender as mudanças que a tornem capaz de desenvolver e assumir os rumos da ciência em benefício de toda a sociedade brasileira. Neste sentido, os professores devem ser os propulsores de uma discussão ampla no interior das universidades, sobre os mecanismos de fomento à pesquisa atualmente em vigor, para que eles não esmaguem o projeto de reestruturação da sua organização, cuja condição fundamental é a sua autonomia e democratização. As fundações são, sem dúvida, um tumor avassalador que corrói a identidade das universidades públicas e gratuitas, porque subordinam as instituições aos jogos de interesse econômico e são o instrumento ideológico do capital, impedindo que elas sejam o foco de emergência na produção de conhecimento voltado para a realidade da Nação brasileira. As elites dominantes não crêem na educação como fator de desenvolvimento, apesar da retórica em contrário.

II. - A ORIGEM DAS FUNDAÇÕES

As fundações, no interior das universidades, nascem no período da ditadura militar e da reforma universitária. Os recursos do MEC para os empreendimentos e cursos que exigiam grandes investimentos foram se tornando deliberadamente escassos, revelando uma política de desvalorização da atividade acadêmica. No caso da UFSC, por exemplo, a Engenharia Elétrica nasceu após a Civil e a Mecânica, a partir da captação de recursos e interesses da CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina), ELETROSUL, etc..., propiciando o nascimento da FEESC (Fundação do Ensino da Engenharia de Santa Catarina) até hoje a maior fundação no interior da universidade.

Os acordos e convênios (acordo nuclear Brasil-Alemanha, FINEP, CNPq, etc.), no período em questão, passaram a subordinar o saber produzido à política de crescimento das empresas estatais e privadas (nacionais e estrangeiras), distribuindo recursos financeiros de grande porte, concentrando-os nas áreas de interesse da economia. Como exemplos, temos o fechamento do reator nuclear da USP, por falta de verbas. Unicamp e UFSC sendo favorecidas com convênios, consultorias, estágios no exterior, etc... nas áreas de tecnologias mecânica e elétrica, etc. Este privilégio de áreas consideradas essenciais para a condução da política de crescimento econômico e de expansão do capital redonda em desprestígio das áreas relevantes para o desenvolvimento social, como saúde, humanas, etc.

Com a finalidade de concentrar os financiamentos destinados à pesquisa tecnológica, as fundações são criadas e começam a caminhar com orçamentos paralelos aos orçamentos das próprias universidades. Então enquanto escasseiam os recursos globais para o ensino como um todo, criam-se mecanismos de captação para as áreas privilegiadas. A pesquisa e extensão universitária passam progressivamente a depender de recursos externos. Os financiadores aparecem como demandadores e orientadores das linhas de pesquisa, subordinando-as às suas necessidades.

As fundações agilizam os processos de captação dos recursos, a pretexto de desburocratizar os encaminhamentos, e ao mesmo tempo se acentua o emperramento no fluxo da burocracia das instituições de ensino. Desta forma a vinculação entre empresas capitalistas e universidades se estreita e ultrapassa ao controle da própria administração. Paralelamente, começa a predominar a ideologia, segundo a qual ocorre uma melhora da qualidade de ensino nas áreas financiadas,

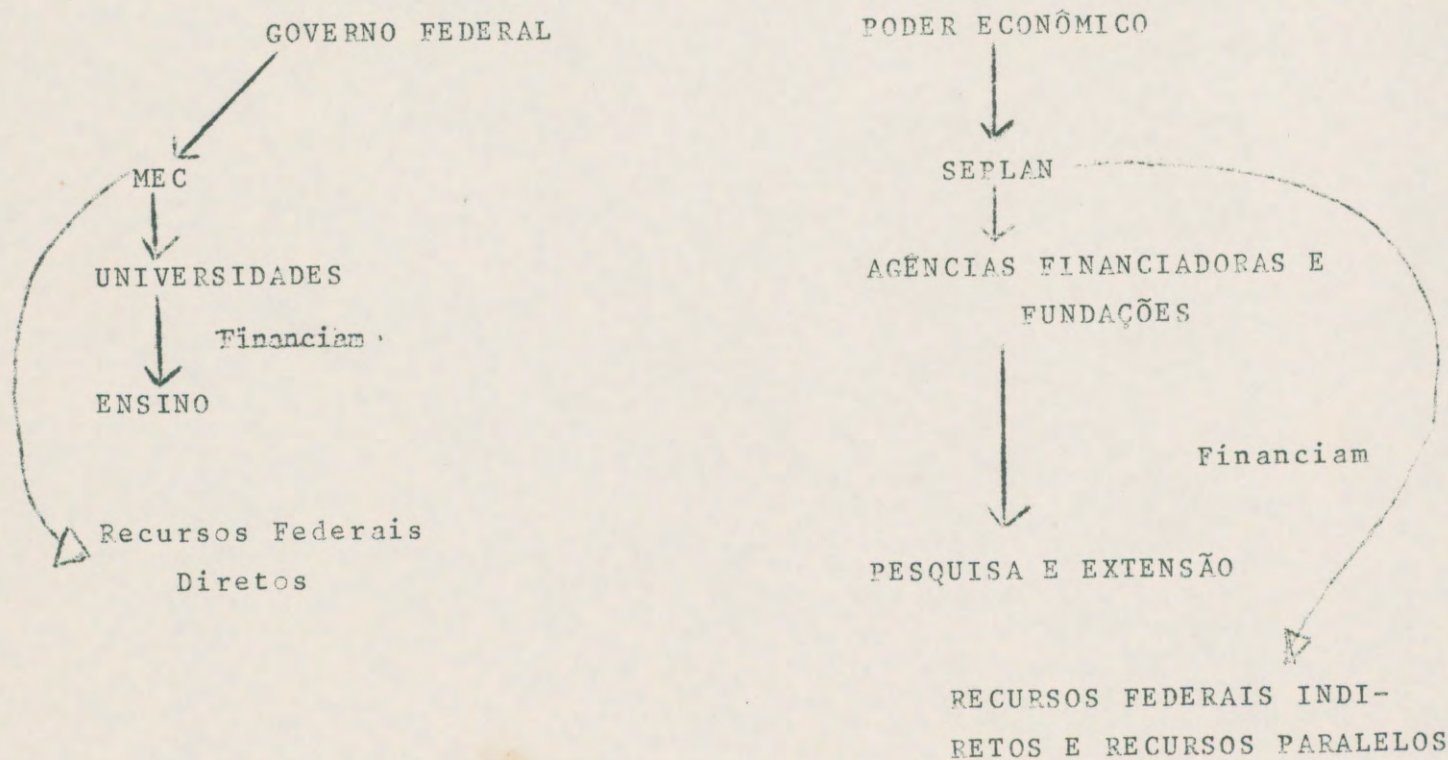
em que professores e alunos tem oportunidade de relacionar teoria e prática, originando, com a elevação do nível de conhecimento, os cursos de mestrado e doutorado de alto nível.

Nascidas das necessidades de vincular as universidades ao capital, as fundações são a concretização da política deliberada de esvaziamento econômico da Educação e da Universidade promovida pela ditadura e se apresentam subordinadas a esta estrutura ditatorial. Na medida em que são repassadoras de recursos, elas funcionam como o instrumento ideológico do capital, São colocadas atualmente como um mal necessário, por alguns setores da comunidade universitária, para a própria sobrevivência da instituição.

Resta aos professores, no momento em que a universidade caminha para uma reformulação de sua estrutura, pensar também no redimensionamento de sua função, em relação ao seu papel social não é possível abordar tais questões sem assumir os problemas e características herdadas dos últimos 20 anos e propor as mudanças necessárias. A questão das fundações é uma questão desconhecida pela comunidade universitária. É preciso conhecê-la.

III. - AS FUNDAÇÕES E OS MECANISMOS DE COOPTAÇÃO

Como primeira aproximação ao problema, será interessante visualizar como se apresentam os recursos na universidade, para compreender como esta distribuição funciona como mecanismo de cooptação.



Podemos ver que há dois orçamentos que correm paralelos no financiamento das atividades universitárias, o que define claramente a intenção do governo na sua política de privatização e desvalorização do ensino, e em contra-partida, o direcionamento subordinado às exigências do capitalismo monopolista. Criou-se uma estrutura financeira capaz de atender a tais exigências, sem que aparecessem as verdadeiras intenções no que diz respeito à educação dos brasileiros e da produção científica.

Tal estrutura passou a se expandir na medida em que aparecia como forma de manter a própria universidade como tal. A qualidade de ensino piora gradativamente, sempre articulada com uma melhora relativa ao nível das demandas empresariais. O poder econômico gerencia diretamente a pesquisa e extensão e indiretamente o ensino. O saber se torna adequado à linguagem necessária para a justificação.

Além disto, na medida em que os recursos técnicos das universidades são usadas (através do pessoal e laboratórios) em vantagem para os demandadores de pesquisa, há uma recanalização dos recursos que deveriam ser empregados no ensino e pesquisas relacionadas com as necessidades reais dos brasileiros. Ou seja, usufruem das instalações e funcionários das universidades para benefício próprio. É uma forma indireta do governo subvencionar o capital, ao invés de atender a necessidade de busca da melhora da qualidade de vida em todos os sentidos. A universidade, por vias secundárias, porém poderosas, está cooptando com o poder econômico, fortalecendo-o.

De uma forma concreta, não se constrói nas universidades o conhecimento necessário à resolução dos problemas do povo brasileiro.

O fluxo dos recursos via fundações deve ser, pois, considerado no conjunto das relações que gera. É completamente desconhecido da comunidade em geral, e da universitária, especificamente, a forma de captação, distribuição e consumo dos recursos. Mesmo que com o advento das eleições para os cargos administrativos se tenha uma possibilidade de trazer ao público tais dados, não retira das fundações a sua característica de atrelamento à tecnocracia. Tem sido sugerido que se subordine as fundações aos órgãos colegiados da universidade. É um encaminhamento perigoso, na medida em que apenas legitima a ordem capitalista, porque não elimina a contradição básica de sua formação, mas ao contrário, esta passa a receber o aval dos órgãos representativos da comunidade universitária.

Outro ponto a ser esclarecido é o fato de que, em geral, o montante dos orçamentos das pró-reitorias de pesquisa são inferiores aos orçamentos das fundações, o que denuncia a política de privilégio que sustenta institucionalmente a desvalorização do trabalho dos professores, além de todas as outras consequências já mencionadas.

IV. - PROPOSTA ALTERNATIVA

Destas colocações decorre que a prática de utilização orçamentária deve mudar radicalmente para que se processe a democratização da universidade, para que a reestruturação não passe a ser apenas mais uma forma administrativa.

O problema que se coloca é da autodeterminação dos meios, para conseguir a autodeterminação dos fins. Para tal, é fundamental a devolução do poder às diversas escalas da administração, desde os órgãos mais centrais até às unidades de ensino. ~~Significativa deve ser garantida à~~ comunidade universitária o controle democrático do orçamento, para que na prática se processe a democratização nas suas áreas de ação: ensino, pesquisa e extensão. Neste sentido, os recursos advindos do setor privado devem ser integrados ao orçamento global da universidade para que sua distribuição se faça segundo as necessidades de cada departamento, em todos os cursos. Não há como se aceitar que os orçamentos não sejam planejados em cima das necessidades de cada setor da universidade.

As fundações no interior das universidades e o agenciamento de pesquisa pelas empresas estatais e privadas até pode ter sido uma alternativa para certos setores que puderam captar recursos, mas funcionaram como um gancho para o atrelamento aos interesses econômicos. Temos que romper radicalmente com esta estrutura para construir a universidade que queremos.

A mudança parece sugerir uma substituição da opção pelo crescimento econômico capitalista, por uma opção pelo desenvolvimento qualitativo da sociedade. Para isto, a universidade precisa construir-se sobre uma base democrática, cumprindo o seu papel social de propiciar a emergência das necessidades do povo, de inventar os meios de satisfazê-las, de sugerir as formas de aplicar tais meios, e de integrar as iniciativas locais e setoriais na produção global do conhecimento necessário.

Dentre as ações concretas, é fundamental fazer um reconhecimento da realidade atual no que diz respeito aos fluxos financeiros, via orçamentos para ensino, pesquisa e extensão de quaisquer origens. O movimento docente tem o compromisso de buscar tais informações, tomá-las públicas e realizar uma discussão ampla na busca das soluções, para propiciar as condições de confluência de uma política educacional com uma política científica, em torno de um projeto unificado de democratização.